

**HABEAS CORPUS Nº 474.235 - MG (2018/0271808-7)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : DIEGO REIS AMARAL**  
**ADVOGADO : DIEGO REIS AMARAL - MG151019**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : CHARLES KLEBER RODRIGUES DOS SANTOS JUNIOR**

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ACÓRDÃO CONDENATÓRIO. DETRAÇÃO PENAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. *WRIT* NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, sem pedido liminar, impetrado em favor de CHARLES KLEBER RODRIGUES DOS SANTOS JUNIOR contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido na Apelação n.º 1.0637.11.006665-0/002.

Consta dos autos que o Paciente – denunciado pelo cometimento dos delitos previstos nos arts. 33 e 35 da Lei n.º 11.343/2006 – foi absolvido em primeiro grau de jurisdição.

Interposto recurso de apelação pelo Ministério Público estadual, o Tribunal de origem deu-lhe provimento para condenar o Acusado às penas de 8 (oito) anos de reclusão, em regime inicial fechado, mais pagamento de 1.200 (mil e duzentos) dias-multa, como incurso nos tipos descritos nos arts. 33 e 35 da Lei n.º 11.343/2006 (fls. 16-37) – *decisum* mantido no julgamento dos embargos infringentes (fls. 46-55). Os dois primeiros embargos de declaração opostos pelo Paciente foram rejeitados (fls. 57-65), e os seguintes não foram conhecidos, porque intempestivos (fls. 66-73).

Daí o presente *habeas corpus*, em que o Impetrante alega violação dos arts. 387, § 2.º, do Código de Processo Penal e 42 do Código Penal, pois não foi realizada, pelo Tribunal estadual, a detração "*dos 200 (duzentos) dias em que o Paciente ficou preso na preventiva*" (fl. 4). Argumenta que o Paciente "*concluiu o ensino médio na unidade prisional, e durante todo o prazo praticou atividades que fazem jus a remissão da pena*" (*ibidem*).

Requer, assim, a concessão da ordem para suspender a execução da pena, até que o processo "*retorne à origem para a devida detração da prisão provisória*" (fl. 7).

Prestadas as informações (fl. 22), o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (fls. 75-78).

É o relatório.

Decido.

No caso, o Tribunal de origem, ao reformar a sentença, condenou o Paciente ao cumprimento de pena privativa de liberdade de 8 (oito) anos de reclusão, em regime inicial fechado, determinando, ainda, a expedição de mandado de prisão e guia de execução provisória para o início da execução – providência não efetivada ao tempo das informações prestadas em 11/01/2019, as quais noticiaram que "*o Paciente interpôs recursos especial e extraordinário, que serão processados após esgotados os julgamentos de todos os recursos*" (fl. 22).

A pretensão do Impetrante, como exposto, limita-se à suspensão da execução da pena, uma vez que o Tribunal estadual deixou de proceder à detração da segregação cautelar. Tal matéria, todavia, não foi tratada no acórdão impugnado, motivo pelo qual o debate nesta Corte Superior implicaria indevida supressão de instância, com explícita violação à competência originária para o julgamento de *habeas corpus*, definida no art. 105, inciso I, alínea c, da Constituição da República.

Com igual conclusão, destaco os seguintes julgados:

**"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO. ROUBO MAJORADO. REINCIDÊNCIA. COMPROVAÇÃO. FOLHA DE ANTECEDENTES. DOCUMENTO IDÔNEO. REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA. COMPENSAÇÃO COM ATENUANTE DA CONFISSÃO. IMPOSSIBILIDADE. ARMA DE FOGO. POTENCIALIDADE LESIVA. APREENSÃO E PERÍCIA. DESNECESSIDADE. TERCEIRA FASE DA DOSIMETRIA. CAUSAS DE AUMENTO. MOTIVAÇÃO INSUFICIENTE. SÚMULA N. 443 DO STJ. REGIME FECHADO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. REINCIDÊNCIA E MODUS OPERANDI. DETRAÇÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.**

[...]

**7. A matéria relativa à aplicação do art. 387, § 2º, do CPP não foi objeto de análise pelo Tribunal a quo, ficando, assim, impedida sua admissão, sob pena de indevida supressão de instância.**

8. Habeas corpus *não conhecido*. Ordem concedida, de ofício, para reconhecer ilegalidade na terceira fase da dosimetria e reduzir as penas dos réus." (HC 367.753/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 18/10/2016, DJe 10/11/2016; sem grifos no original.)

"PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. FUNDAMENTAÇÃO EM SEDE DE APELAÇÃO. REFORMATIO IN PEJUS. INEXISTÊNCIA. MINORANTE DO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006. INAPLICABILIDADE. DEDICAÇÃO A ATIVIDADES CRIMINOSAS. REEXAME DE PROVAS. REGIME PRISIONAL MAIS GRAVOSO (FECHADO). NATUREZA, QUANTIDADE E VARIEDADE DE DROGAS. CRITÉRIO IDÔNEO. DETRAÇÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS. INVIABILIDADE. FALTA DO PREENCHIMENTO DO REQUISITO OBJETIVO. AUSÊNCIA DE MANIFESTA ILEGALIDADE. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

8. O tema acerca da *aplicação do instituto da detração para fixação do regime inicial de cumprimento da penal*, previsto no art. 387, § 2º, do Código de Processo Penal, não foi debatido no Tribunal de origem, o que impede sua análise por esta Corte, sob pena de supressão de instância. Precedente.

9. É inviável a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, diante do quantum de pena aplicada, nos termos do art. 44, I, do Código Penal.

10. Habeas corpus *não conhecido*." (HC 360.745/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 16/08/2016, DJe 23/08/2016.)

*Ad argumentandum tantum*, o Impetrante deixou de demonstrar o reflexo da detração dos alegados 200 (duzentos) dias para a eventual progressão de regime, uma vez que não alcança sequer o requisito temporal de 1/6 (um sexto) da pena, nem impugnou o regime inicial estabelecido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Destaco, por oportuno, o seguinte trecho do parecer do *Parquet* federal (fl. 77; sem grifos no original):

"[...] Primeiramente, importa registrar que *não constam dos autos informações suficientes para se aplicar a detração, tais como efetivo tempo de cumprimento da custódia cautelar referente ao processo originário, bom comportamento carcerário, ausência de faltas graves*. Aliás, o impetrante sequer juntou qualquer prova pré-constituída

*do alegado, como requer o habeas corpus.*

*5. De outro lado, o acórdão proferido nos citados embargos declaratórios (e-STJ fls. 62/73), juntado aos autos nas informações prestadas pelo TJ/MG, referência alguma faz a possível pedido de detração. O mesmo se verifica do acórdão proferido nos autos da apelação (e-STJ fls. 24/45) e do acórdão dos embargos infringentes (e-STJ fls. 46/55)."*

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

